

11. Arquitetura de sistemas computacionais: organização e arquitetura de computadores: componentes básicos de hardware e software, sistemas de entrada e saída, periféricos, sistemas de numeração e codificação, aritmética computacional, arquitetura de computadores RISC e CISC, características dos principais processadores do mercado; sistemas operacionais: arquiteturas, gerenciamento de sistemas de arquivos, características dos sistemas operacionais corporativos da família Windows e Linux; sistemas operacionais de redes; interoperação de sistemas operacionais; processos concorrentes; sistemas distribuídos; sistemas multiprogramados; escalonamento de processo; gerência de memória; deadlock; gerência de recursos.

CARGO 408: ASSESSOR TÉCNICO DE PROCURADORIA

Língua Portuguesa: 1 Compreensão e interpretação de textos. 2 Tipologia textual. 3 Ortografia oficial. 4 Acentuação gráfica. 5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego do sinal indicativo de crase. 7 Sintaxe da oração e do período. 8 Pontuação. 9 Concordância nominal e verbal. 10 Regência nominal e verbal. 11 Significação das palavras. 12 Redação de correspondências oficiais.

Controle Externo: 1 Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 74 da Constituição Federal). Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária (arts. 115 a 123 da Constituição do Estado do Pará). 3 Tribunal de Contas do Estado: natureza, competência e jurisdição. Organização. Julgamento e fiscalização. Lei Orgânica do TCE – Lei Complementar nº 81, de 26.04.2012. Prejulgados do TCE-PA.

Direito Constitucional Básico: 1 Conceito; objeto; classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. 2 Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 3 Administração pública: disposições constitucionais gerais; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos.

Direito Administrativo Básico: 1 Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 2 Organização administrativa do Estado: administração direta e indireta; autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais. 3 Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 4 Regime Jurídico Único (Lei nº 5.810, de 24.01.1994 e alterações posteriores): Provimento, exercício, carreira e vacância (Título II); Direitos e Vantagens (Título III); Deveres, proibições e Responsabilidades (Título VI). 5 Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções. Normas gerais de licitação. Lei Estadual nº 6.474, de 6 de agosto de 2002 e Decreto Estadual nº 199, de 9 de junho de 2003. 6 Contratos administrativos: conceito, características. Formalização, execução, inexecução, alteração e rescisão.

Auditoria: 1 Definições e Objetivos dos Procedimentos de Fiscalização. 2 Objeto de Fiscalização. 3 Planejamento: Objetivo e Aspectos Básicos; Visão Geral; Programa de Auditoria e Avaliação dos Controles Internos. 4 Técnicas de Auditoria, Entrevista. 5 Achados de Auditoria. 6 Equipe de Auditoria. Prerrogativas do Auditor. Requisição de Documentos. Papéis de Trabalho. 7 Relatório. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, inspeção, monitoramento e acompanhamento. 8 Auditoria de Regularidade e Auditoria Operacional.

Administração Financeira e Orçamentária Básica: 1 Orçamento público: conceitos e princípios. 2 Orçamento público no Brasil. 3 Ciclo orçamentário. 4 Orçamento na constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA). 5 Orçamento-programa. 6 Tipos de Créditos Orçamentários. 7 Descentralização Orçamentária.

Conhecimentos Específicos: Direito Constitucional: 1 Dos princípios fundamentais. 2 Dos direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos políticos; partidos políticos. 3. Da organização dos poderes: Poder Legislativo: processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária; o Sistema de Controle Externo (Tribunal de Contas

da União e do Estado do Pará); Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República e do Governador do Estado do Pará; do Poder Judiciário: disposições gerais; o Supremo Tribunal Federal; os Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais, Tribunais e Juizes Estaduais e do Distrito Federal e Territórios. As funções essenciais à Justiça: do Ministério Público e da Advocacia e Defensoria Públicas. 4. Do controle da constitucionalidade. Súmulas Vinculantes. 5. Do Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar; impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; repartição das receitas tributárias.

Direito Administrativo: 1 Improbidade administrativa - Lei nº 8.429, de 02/06/1992. 2 Controle da administração pública: controle administrativo; controle legislativo e controle judiciário. 3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 4 Poderes da administração: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; o poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 5 Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação; servidão administrativa; requisição; ocupação provisória; limitação administrativa; direito de construir e seu exercício; loteamento e zoneamento; reversibilidade dos bens afetos ao serviço. 6 Princípios básicos da administração. 7 Responsabilidade civil da administração: reparação do dano; enriquecimento ilícito; uso e abuso de poder; sanções penais e civis. 8 Serviços públicos: conceito; classificação; regulamentação; formas; competência de prestação; concessão; autorização dos serviços públicos. 9 Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos. Administração, utilização e alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos. Aquisição de bens pela Administração. 10 Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções. Normas gerais de licitação. Lei Estadual nº 6.474, de 6 de agosto de 2002 e Decreto Estadual nº 199, de 9 de junho de 2003

. 11 Contratos administrativos: conceito, características. Formalização, execução, inexecução, alteração e rescisão.

Direito Civil: 1 Lei: vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. 2 Lei de Introdução ao Código Civil. 3 Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. 4 Domicílio civil. 5 Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; forma e prova dos atos jurídicos; nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos; atos ilícitos; abuso de direito; prescrição e decadência.

Direito Processual Civil: 1 Processo e procedimento: natureza e princípios; formação; suspensão e extinção; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 2 Prazos: conceito; classificação; princípios; contagem; preclusão; prescrição. 3 Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. 4 Mandado de segurança. 5 Poder geral de cautela: ações e medidas cautelares. 6 Teoria geral dos recursos.

Direito Penal: 1 Noções básicas do direito penal. 2 Código Penal – parte geral. 3 Dos crimes contra a fé pública. 4 Dos Crimes contra a administração pública. 5 Crimes de abuso de autoridade - Lei nº 4.898, de 09/12/1965. 6 Crimes contra a ordem tributária - Leis nº 8.137, de 27/12/1990 e 9.249, de 26/12/1995. 7 Lavagem de dinheiro - Lei nº 9.613, de 03/03/1998.

Direito Tributário: 1 Poder de tributar e competência tributária. 2 Sistema Tributário Nacional. 3 Princípios constitucionais tributários. 4 Norma tributária. 5 Classificação dos tributos. 6 Obrigação tributária: espécies; fato gerador; sujeito ativo e passivo; solidariedade; responsabilidade; substituição tributária. 7 Crédito Tributário: constituição, suspensão da exigibilidade e extinção; garantias e privilégios. 8 Pagamento e repetição

do indébito tributário. 9 Renúncia de receitas tributárias. 10 Imunidade. 11 Isenção. 12 Outros benefícios fiscais. 13 Decadência e prescrição do crédito tributário. 14 Tributos federais, estaduais e municipais.

Direito Financeiro: 1 Normas gerais de direito financeiro - Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e alterações. 2 Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 3 Despesa pública. Conceito e classificação. 4 Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. 5 A disciplina constitucional e legal dos precatórios. 6 Receita pública: Conceito, Ingressos e receitas, Classificação (receitas originárias e receitas derivadas), renúncia de receitas. 7 Preço Público e a sua distinção com a taxa. 8 Dívida ativa do Estado de natureza tributária e não tributária: lançamento, inscrição e cobrança. 9 Crédito público: conceito, empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. 10 Dívida Pública: Conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. 11 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Direito Previdenciário: Seguridade Social na Constituição. Regimes previdenciários. Princípios Constitucionais da Previdência Social. Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos. Contagem recíproca. Compensação entre os regimes. Lei Federal nº 9.717/1998 e alterações. Normas constitucionais e legais atinentes a inativações e pensões dos militares e servidores públicos civis. Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005; regras de transição. Lei Federal nº 10.887/2004. Lei Complementar Estadual nº 39, de 9 de janeiro de 2002 e alterações.

SESSÃO DE 10.05.2012

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 386284

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 10 de maio de 2012 as seguintes decisões:

ACÓRDÃO N.º. 50.590

Processo nº. 2010/50336-5

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 007/2008 firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BR-222 e a SAGRI

Responsável: Sr. EDILSON OLIVEIRA PEREIRA – Presidente à época.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº.12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 108.087,00 (cento e oito mil e oitenta e sete reais), aplicar ao Sr. Edilson Oliveira Pereira, Presidente à época, CPF. 5227.181.092-20, multa de R\$1.000,00 (um mil reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º. 50.591

Processo nº. 2010/52320-5

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 150/08 e Termo Aditivo firmados entre a COOPERATIVA AGRO-LEITEIRA TRANSAMAZÔNICA e a SAGRI.

Responsável: Sr. ALTAIR PEDRO MARTINI, Presidente.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e aplicar ao Sr. ALTAIR PEDRO MARTINI, Presidente, CPF nº 206.107.182-15, multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputa, em